

ÁUDIO TRANSCRIÇÃO 01.04.2026

Hoje nós vamos abordar meio ambiente e mudanças climáticas. Mudanças climáticas é um tema transversal de todas as áreas, mas a revisão do PDDU vai ter um enfoque muito maior nessa pauta, tendo em vista as novas legislações e que Salvador está fazendo a revisão do Plano de Mudanças Climáticas.

Esse é o nosso último fórum técnico. A partir de agora passaremos para os padrões sociais. Nas prefeituras, bairros e comunidades, para aí a gente conseguir contextualizar todo o nosso diagnóstico. Ressaltamos que está sendo tudo gravado, então as pessoas que não quiserem podem ficar no final mais pra trás, mas a priori, já está autorizado por vocês.

Esperamos que o logo desse encontro possa avançar de forma respeitosa com os temas e colaborações do público para que a gente possa fazer uma cidade melhor, mais humana, mais igualitária, para pra gente mesmo viver, né? A nossa população mesmo. Eu vou passar agora para a Sílvia, que vai fazer uma pequena abordagem e logo depois a gente passa a abordagem.

Sílvia:

Bom dia a todos! Meu nome é Silvia Fingerut. Eu sou arquiteta e urbanista. Quem estava aqui ontem já me ouviu falando e eu estou novamente aqui hoje para fazer essa apresentação, porque a nossa colega, que foi responsável pela elaboração do diagnóstico ambiental, deu à luz na sexta feira e está tudo bem.

Então, como eu sou a coordenadora técnica do projeto, eu me sinto na liberdade de expor algumas coisas, porém não de maneira aprofundada. Mas eu tenho meus colegas aqui que também trabalham nessa área de meio ambiente, mudanças climáticas que eventualmente vão me ajudar aqui a responder algumas perguntas mais complexas sobre a cidade. Então, como eu disse, a questão do meio ambiente é uma questão que vem junto, vem antes do nascimento da cidade.

A geologia, a hidrologia existia muito antes da cidade e essa cidade já de quase 500 anos, se implantou de maneira bastante acidentada. A topografia é por conta do Porto. Ela foi se instalando e a questão do solo dos solos da cidade são muito heterogêneos. Então a gente tem áreas rochosas fragmentadas e a gente tem áreas argilosas e isso faz com que a absorção, mesmo em áreas não urbanizadas, seja difícil.

Então nós temos. Nós vamos ver a sequência aí que existem manchas fragmentadas de áreas verdes e a gente vai ver que a urbanização é muito forte E a gente ainda tem a questão tanto da Baía quanto do oceano que

delimitam isso. Então, basicamente eu vou fazer essa apresentação e depois a gente vai conversar. O Plano Diretor foi instituído em 2016.

Ele agora ocorre num contexto de grande integração, de planejamento e agenda climática. Isso não é um privilégio só de Salvador, mas é um desafio para todas as cidades brasileiras, para o Brasil em geral. A COP 30 reforçou esse compromisso do Acordo de Paris e todos os municípios estão em busca da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. E a questão ambiental é aquela mais diretamente relacionada aos que são hoje.

Qual é o nosso objetivo? A gente tem um diálogo técnico colaborativo entre vocês, que são de origens distintas das nossas e, portanto, podem somar contribuições ao nosso diagnóstico. Esse é o objetivo. Nós, como já disse, também, a gente vai delimitar a conversa de hoje para as questões do clima e a ideia é colher contribuições não só para o PDDU, mas também para o Plano Municipal de Mitigação e Adaptação Climática.

As mudanças climáticas e, eventualmente, para o plano de gerenciamento costeiro. Também não é que são afetos à esse tema. Nós dividimos a nossa apresentação em dois eixos, um voltado para o meio físico e a situação territorial, e outro para a questão do clima urbano e as ilhas de calor. Com relação ao meio físico e a situação territorial, a questão do uso do solo e as áreas de conservação, as áreas de risco e as ocupações irregulares em áreas de risco.

Então, esse primeiro mapa traz a savana o chamando e o sistema? E aí, quais são as áreas de proteção de recursos naturais? Como a gente vê, é muito espalhado no território, não é? E fragmentados, então, essa é uma das questões que. Mas que não é também privilégio de Salvador. Nem todas as grandes cidades. Isso ocorre porque são áreas cuja ocupação é irregular e, portanto, isso vai às manchas de preservação, se mantém por questões às vezes topográfica, às vezes do solo e por inúmeras questões.

Aqui, além daquelas áreas de proteção, a gente tem as unidades de conservação municipais, os parques urbanos, os parques de bairros e algumas propostas. Aí a gente vê que a mancha verde já se expande bem mais. Mas de qualquer forma, ela é sempre fragmentada, né? E aí, esse mapa que vem do mapa Biomas e que essa mancha vermelha mostra a parte urbanizada.

E é isso que é a questão mais complexa do meio ambiente, porque a mancha vermelha abraça todas as áreas verdes. Não há um respiro, uma transição. Não é entre essas áreas que se pode dar um respiro a isso. E a gente vê basicamente que as áreas a mancha verde preservada até mais ao norte, que é

hoje uma área que está bem ameaçada de expansão da urbanização, não é bom.

Aí a gente vem para as áreas de risco, áreas de alagamento e áreas que são de alagamento e deslizamento. E, infelizmente, como também em todas as cidades, essas áreas estão concentradas junto às comunidades vulneráveis. Não é à toa que as comunidades estão em áreas de risco, porque onde não era passível de construção e aí as favelas vão ocupando esses espaços e esse círculo vicioso perverso que acaba trazendo tragédias.

E se não é esse ano aqui no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e assim por diante, todo o ano a gente vê o noticiário, só muda o endereço, não é? Essas áreas, elas somam cerca de 53 quilômetros quadrados. E se a gente for ver aqui a área continental de Salvador 308, 304 quilômetros, 53 quilômetros que somam aí as áreas de alagamento, alagamentos, deslizamentos, só deslizamentos são 53 quilômetros, mais ou menos.

Isso dá 8% da área do território, né? Não é muito, mas é sempre um número crítico. Esses 8% podem trazer algum efeito perverso. Não é? Então, nesse âmbito, o que a gente tem como desafio assegurar a conservação e a manutenção das áreas verdes? Como eu falei ali. A zona norte da cidade, que concentra uma boa parte da zona da área verde, é hoje uma área de expansão urbana, de urbanização. A questão da atualização permanente das áreas de risco, ou seja, o monitoramento dessas áreas de risco, a mitigação e a gestão desses dados.

Quais são os instrumentos urbanísticos disponíveis para o uso do solo que venham a mitigar também a ocupação nessas áreas de risco e. Como recuperar as áreas de risco já ocupadas? Quer dizer, para onde vai essa população e como nós podemos recuperar isso? É possível recuperar mantendo a população no mesmo local. E aí a gente sabe de todas as consequências disso que também não são positivas, e amplia a resiliência da cidade, porque isso é um lote que a gente tem que manter o tempo todo.

Os setores com humanização consolidada, de maior adensamento construtivo, apresentam menor continuidade de cobertura vegetal e, portanto, de maior impermeabilização do solo.

A gente está na Secretaria de Mobilidade, então é uma mercê de não uma coisa tão excepcional. Mas vamos lá. Bom, então, além da questão da dos setores de urbanização consolidada e que tem pouca impermeabilização, quer dizer, tem muita impermeabilização, ao contrário também, um dos temas é as diferenças de temperatura entre os diversos bairros. Nós temos bairros que têm temperaturas bem mais altas do que outros, né?

Então vamos lá. E justamente falando em temperatura, né? A gente vê esse mapa aqui. As áreas alaranjadas são as áreas mais quentes, então a gente tem ali na Cidade Baixa, em Canabrava e ali no Parque das Dunas e na Ilha do Bom Jesus. São áreas que chegam próximas a 27 graus de área média. É a área mais fresca e ali, na Base Naval de Aratu e a gente tem essa grande mancha de ocre, vamos chamar assim, que ocupa a maior parte da cidade.

E a gente tem ali na Boca do Rio e na Cabula uma temperatura levemente mais baixa. Mas a gente não está falando de mais de um grau de diferença entre essas áreas e essas áreas. E esse mapa traz as medições dos pontos de meteorologia das estações meteorológicas, né? Então não quer dizer que na comunidade que fica naquele bairro seja essa temperatura.

Sabemos também que o desenho urbano, a largura das ruas, o tipo de construção, isso vai acarretar numa percepção, numa percepção, uma sensação térmica. Pior do que a sensação que a estação meteorológica traz, né? Eu tenho uma rua estreita, fechada, sem ventilação. Certamente a temperatura vai estar mais alta do que numa área de um dos parques urbanos aqui.

Então esse gráfico traz justamente essa variação das estações meteorológicas. E aí a gente vê que a distribuição dos pontinhos coloridos, cada pontinho colorido é uma das estações meteorológicas e a gente vê que eles não obedecem a um padrão contínuo. Quer dizer, a bolinha azul não é sempre a mais alta ou a mais baixa, não. E vai variando apenas pelas estações.

Não é um, como eu disse, não é a melhor forma de se interpretar isso, porque a sensação térmica é ou é outro fator, mas isso é são os dados que a gente dispõe disso. Então, nesse caso, os desenhos, o desenho urbano e os planos urbanísticos é que tem que olhar para essa questão da temperatura e tentar trazer soluções também baseadas na natureza.

Ontem nós tivemos uma colega que falou dos tetos verdes. Isso ajuda a baixar a temperatura também, os corredores de ventilação. Tudo isso são questões que os planos urbanísticos e o próprio código de obras podem nos ajudar. Esse mapa do sistema de áreas verdes e das áreas de valor ambiental, mostrando a distribuição deles pela cidade, não é que são as ilhas de mais frescas, né?

Mas a gente vê que nessa região aqui que vocês lembram que era a que era a área mais quente, apesar de ter ainda uma boa cobertura vegetal. Então nós identificamos os desafios, então, de como medir essa temperatura urbana, né? Tendo em vista o que eu expliquei, a questão da desigualdade térmica nos

bairros, como que a gente pode mitigar a ampliação da arborização e não só a ampliação, como uma ampliação qualitativa disso? Porque a gente sabe que existem tipos de vegetação que não são adequadas para as ruas.

E isso a gente vê especialmente em São Paulo. A gente vê o noticiário que cai a energia toda hora. Porque? Porque foram utilizadas espécies inadequadas para o ambiente urbano. E essas árvores são de difícil manutenção e acabam provocando esse tipo de acidente. Então, a gestão ou a implantação do plano de arborização é extremamente relevante para que sejam selecionadas as espécies adequadas que provoquem o melhor efeito possível.

A redução da impermeabilização dos solos: aí isso, as infraestruturas verdes, as soluções baseadas na natureza. E que isso! Felizmente, há inúmeros pesquisadores mundo afora trazendo soluções para isso. E é uma questão de introduzir essa política e estimular a população a fazer isso. Os prédios, os novos de empreendimentos. Tem que ter caixas de contenção de águas pluviais para não soltar isso no sistema de drenagem.

Falando nisso, ontem a gente não comentou, mas que é um fator relevante para a questão climática e a utilização dessas caixas de retenção de águas pluviais. Isso o Plano Diretor pode ajudar muito, propondo isso nos empreendimentos privados, mas também em obras públicas e, com isso, aliviar a pressão sobre o sistema de drenagem. Porque a questão da drenagem de alagamentos ocorre basicamente pelo volume de chuva versus dimensionamento do sistema de drenagem.

Então, se a gente retardar essa, essa água, o sistema vai responder de melhor maneira. Não é porque também a gente não tem como ficar ampliando o sistema de drenagem. Então o ideal é diminuir essa velocidade de entrada da água no sistema. Então esse tipo de de de tema é um tema que pode estar sendo incorporado na lei de uso do solo e no código de obras.

E novamente a questão da resiliência que é um tema que também dentro desse eixo deve ser pensado. Então gente, são. O tema é enorme e as dificuldades que a gente proporciona são bem desafiadoras, porque tudo envolve a natureza e a gente não domina a natureza. Então há que se pensar em sistemas em que as soluções urbanísticas possam responder aos problemas que a gente enfrenta. E, como eu disse, não é um privilégio de Salvador esses problemas, mas é um tema que a maior parte das grandes cidades brasileiras enfrenta hoje. Então eu fico com meus colegas abertos a responder perguntas.

Bom dia a todos presentes. Paulo Pelegrino, presidente do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia e também servidor da Prefeitura de Salvador. Eu

trabalho na área de licenciamento urbanístico e é uma coisa que me causa muito preocupação aqui com a escassez de áreas para o mercado imobiliário de Salvador. Muitos sempre elementos só surgindo em áreas de proteção ambiental.

E eu queria saber qual é, qual vai ser a tratativa da consultoria a respeito disso, se vai ser feito uma revisão dessas áreas de proteção, se vai ter mais medidas investigatórias, porque a gente está em uma situação que já está ocupando muitas partes de área de proteção ambiental e chegaram já perto das APP's, inclusive, que são muito importantes para a questão da qualidade da água de Salvador, que é a Ipitanga, e Joanes.

E uma preocupação que eu tenho, que a colega falou em relação à questão do estaque de retardo. Já tem na nossa lei isso hoje. Mas eu fico preocupado com a questão da manutenção. Eu acho que isso tem que estar previsto na matéria de cidade, de dia, de renovação, de outorga, para que não se coloque a primeira vez não se utilizem e o instrumento fique inútil.

Eu só queria marcar presença do secretário da Sedur, Dr. Sóstenes Macedo, e do vereador André Fraga, que estão aqui, mas não vão se manifestar para não influenciar vocês e como é um fórum técnico, deixar os técnicos bem à vontade para se pontuar. E o subsecretário Valter, também da SECIS.

Sílvia:

Eu acho que com relação às caixas de retardo, eu acho que você tem toda a razão e é fundamental pensar na manutenção desses equipamentos, principalmente porque eles normalmente estão escondidos debaixo da terra e de difícil. As pessoas esquecem que existe enquanto funciona, então. Mas é fundamental. É a mesma coisa que quando a gente faz a nossa casinha que tem que limpar a calha também.

A caixa de retardo deverá ser feita com relação às áreas de preservação, não é? A ideia da revisão do Plano Diretor é absolutamente manter o que nós temos hoje sem perdas maiores dessas áreas. E aí é o que o Plano Diretor novo poderá trazer. São formas de fiscalização e de manter essas áreas de forma que não haja o licenciamento justamente em áreas que não venham a que quer e que sejam protegidas. Eu acho que a gente viu ali na apresentação que já são fragmentadas, então às vezes a tendência é boa, já que está tudo fragmentado. Perder mais um pedacinho aqui não é um problema, mas a gente vê que essas as áreas de preservação mantêm uma temperatura urbana ainda razoável.

Eu moro no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro. A gente tem no verão 40 e tantos graus e é uma cidade extremamente arborizada. Não fosse isso, eu acho que seria impossível viver, porque a temperatura lá é muito maior do que

aqui. Eu chego aqui e falo: ‘opa, aqui dá pra viver, né?!’ Então, isso eu acho que a gente deve manter, ampliar as ferramentas de controle e fiscalização.

Bom dia, sou João Rege. Estou diretor do Savant aqui. Na verdade só uma pontuação complementar da sua fala aí a gente já tem um manual de arborização, especialmente de novembro. É uma Mata Atlântica. A gente trabalha com isso aqui na gestão e você responde aí essa recepção do município a gente vê.

Há muita dificuldade que a gente tem de avançar em determinados trecho da cidade com relação a urbanização, a informalidade. Isso se estreita muito nessa questão de ampliação, nessa avaliação. Rua especialmente. Mas estamos avançando também nessa esse diálogo, a comunidade, para ver se a gente consegue em conjunto, na medida do possível, estar criando possibilidades para o atendimento dessa agenda.

Sílvia:

E dentro, já que você trabalha nessa área, você antevê alguma ferramenta que hoje não está disponível que pudesse ajudar o seu trabalho de fiscalização e de manutenção dessas áreas? Porque a gente sabe que a fiscalização humana quer dizer, ter guardas espalhados não é suficiente, principalmente em áreas de vegetação fechada. Isso é muito difícil. Então, se há invasões, como é que você vê isso?

Eu acho que essa questão do acesso, a questão da ampliação dessa urbanização descontrolada, isso foge um pouco do nosso discurso nesse trabalho de prevenção, com as escadarias que cedo estamos trabalhando, com o pessoal da CEMIT, fazendo mapeamento de áreas verdes para ter uma noção do que está ocorrendo. De 2016 pra cá e em contrapartida, esse processo já está ampliando essas áreas. Em dez anos, a gente conseguiu ampliar em praticamente 130 hectares de áreas verdes, de áreas previstas no PDDU. Colocamos em prática e tem outras áreas também que estão na proposta. E para avançar, é o primeiro ponto preservar essas áreas, manter essas áreas para a gente conseguir manter aí, preservando nosso bioma.

Bom dia, gente! Meu nome é André Cruz, sou advogado, estou aqui também junto com o pessoal da GV, compondo a equipe. Paulo, sobre a questão da falta de áreas novas para novos empreendimentos. Eu acho sempre importante pensar nas ferramentas que já existem sobre a recuperação, reutilização, ressignificação de áreas de ocupadas com a implantação de empreendimentos, a recuperação de áreas como com programas como os que existem na região do comércio e tal.

Para você dar novos usos a áreas que já têm ocupações subutilizadas ou degradadas e a legislação urbanística tem ferramentas para isso, é importante que essas ferramentas sejam sempre atualizadas, pensadas para áreas que tenham esse potencial. Por isso que existem ferramentas para facilitar a ocupação dessas

áreas já ocupadas, incentivos, esse tipo de coisa. E é importante também que isso seja visto com naturalidade, porque eventualmente, às vezes isso é visto como se você tivesse ali destruindo alguma coisa que já existe.

Mas é preciso pensar muito bem o que merece ser mantido e o que precisa ser ressignificado mesmo para justamente para evitar que a expansão seja sempre horizontal e que você consiga fazer outras formas de expansão sem abrir novas áreas que hoje não são ocupadas.

Sílvia:

Nesse sentido, não só as áreas centrais que são patrimônio histórico e que devem ser reutilizadas e ressignificadas, mas a gente vê também na orla de Salvador, vários predinhos pequenos, abandonados e que poderiam muito bem ser substituídos. Ali não tem valor histórico e poderiam ser substituídos sem ampliar a expansão e pressionar a infraestrutura, a demanda por infraestrutura urbana. Então, eu acho que trouxe um ponto muito importante, que é esse. Não é necessário estender o uso do solo, mas já o que já está urbanizado pode ser ressignificado.

Bom dia, Meu nome é Caroline Espíndola, sou da UNIFACS, do programa de pós graduação Desenvolvimento Regional e Urbano e eu queria fazer duas colocações. A primeira é sobre uma premissa que foi assumida a apresentada que se ouvia sobre as ilhas de calor, sobre as áreas mais quentes da cidade. Porque tem um estudo recente feito pelo Observatório do Calor da UFBA, que o Sr. Paulo Zangalli que coordena, por exemplo, a Ilha de Maré, aparece ali como uma área com temperatura mais baixa e mais amena, quando na verdade, por esse estudo que ele fez recente, que foi publicado.

A Ilha de Maré é a área mais quente da cidade no turno da tarde, por conta principalmente da operação lá do terminal da Petrobrás e estuda a circulação dos ventos. Então fez até uma pesquisa que foi feita com o apoio da Google ou com aqueles veículos que fazem essa medição. Então, eu acho que é importante rever essa premissa. A gente e partindo de determinadas premissas sobre áreas que precisam de maior atenção em função da formação de ilhas de calor, esse é um dado.

Esse dado me leva a falar sobre uma iniciativa que houve na prefeitura antes da pandemia e que foi feita e que eu acho que seria de grande contribuição, que se pensasse, que ela fosse reeditada, que era o Painel Salvador de Mudança do Clima e que existiam câmaras temáticas que faziam esses estudos e que poderiam alimentar a gestão pública.

Eu inclusive participei de um estudo de financiamento dos dentro e sobre turismo especificamente, mas que trazia uma série de medidas de adaptação urbana e

urbanística, inclusive relacionadas com linhas de calor. E esse estudo nem sequer consta da página da prefeitura. Então assim é importante que esses estudos, que já foram produzidos por outras secretarias, sejam também apropriados. A minha preocupação é a seguinte: há uma recomendação tanto do PMAMC, quanto do nosso estudo em relação à necessidade de que as secretarias, as outras, porque assim a gente vê a SECIS, muito imbuída disso mas você tem outras secretarias que não têm o mesmo nível de conscientização a respeito da importância de incluir uma lei climática para a contratação de obras.

Então isso foi claramente dito tanto no palanque quanto nesse estudo, que era necessário que houvesse isso por parte da prefeitura. Ao contratar obras para espaços públicos, que se observasse a questão climática para se evitar o que a gente tem na orla, o que a gente tem em algumas praças, que as árvores foram retiradas e que você coloca lá, estruturas que aquecem, aumentam esse impacto do calor.

Acho que uma recomendação de base seria da própria administração municipal rever esses trabalhos, que já foram feitos com sugestões, inclusive com o Centro Histórico, que é uma área difícil de você pensar, porque ela é tomada e que estruturas como essa que existiam fossem também trazidas de volta, como o painel de mudança do clima, com os pesquisadores que faziam parte e que as secretarias que fazem parte são envolvidas nisso, não apenas nessas que encontradas nos estudos, mas elas também fossem sensibilizadas ou houvesse uma normativa.

Ao contratar uma empreiteira para fazer uma obra tipo um código mesmo de obras públicas, pensando em soluções baseadas na natureza, então acho que isso é um ponto que a gente não pode deixar de lembrar aqui.

Sílvia:

Vou pedir a gentileza de nos mandar o link aí desse estudo que você comentou pra gente passar para a Milena e a nossa especialista e pedir para ela incluir. E também com o outro painel. Aí a gente vai pensar de como introduzir isso.

É um dos pontos principais do Plano Diretor da revisão do Plano Diretor. É exatamente a inclusão da maior. Aí é fazer as mudanças climáticas, que em 2016 o plano já dava mudanças climáticas, mas de uma maneira muito incipiente. Então, a ideia da revisão, agora que não é um plano diretor novo, é uma revisão. É justamente dar um enfoque maior nas mudanças climáticas, nas soluções baseadas na natureza, na questão realmente das mudanças.

Bom dia pessoal, eu me chamo Robert e eu notei alguns pontos aqui para a gente manter juntos. O primeiro deles foi mostrado na apresentação, o mapa da Berrini da Savant, que é um sistema de valor ambiental e cultural aqui dentro da cidade, que é

super bacana e que a gente tem que valorizar e divulgar isso cada vez mais. E trago aqui como ponto de reflexão nessa revisão do PDDU, a gente revisitar essas APRN's, ver se faz sentido as funcionalidades que foram atribuídas a ela em 2016, se ainda isso faz sentido hoje, em 2026, para que assim a gente pense o zoneamento dessas áreas e também pense em formas de conexão e restauração dessas áreas, que são áreas degradadas, mas que tenham valor ambiental para a cidade, que é muito importante.

Então, a gente precisa olhar com mais carinho para essas áreas e trazer realmente a funcionalidade dela, deixar isso de maneira clara. No PDDU, que a gente vai revisar este ano. E aí ele traz também a questão das UC's indicadas e a gente fala aí de ampliação dessas áreas verdes. Algumas unidades de conservação foram indicadas, já que essas bem, são diferentes de áreas de proteção, áreas de proteção.

A gente considera unidades de conservação algumas comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas. Já áreas legalmente protegidas, como a APRN, são áreas que têm essa segurança jurídica do município, mas elas não são consideradas áreas protegidas pela legislação federal. Então, a gente precisa trazer as funcionalidades para essas áreas para que a gente consiga criar essa conexão e restauração e ampliar esse verde, já que o tema central desta revisão é as mudanças climáticas.

Então olhar para também essas ações que foram indicadas. A gente avançou em algumas, como o Vale Encantado, que já está com um decreto aí para ser publicado, estudos feitos, mas outras a gente precisa avançar e ver se ainda faz sentido elas serem indicadas como futuras áreas de proteção. E aí, como tema central estão as mudanças climáticas.

Acredito muito que o desafio central desta revisão seja a questão que trouxe aí também no slide, que é assegurar, manter e ampliar essas áreas verdes. Porque assim a gente consegue trazer esses serviços ecossistêmicos associados para que traga os benefícios que a cidade precisa e é importante para ela. Então, na questão de assegurar, a gente precisa dessa revisão dos atos normativos e criação de instrumentos de proteção.

Então, ver o que é que ainda foi feito lá em 2016, que a gente precisava fazer e não foi feito até hoje. Então coloca isso também no plano de ação para que a gente avance, por exemplo, a criação do zoneamento dessas aberrantes, essas seis indicadas que não foram para frente. Então, entender os desafios associados a isso, para que a gente pense junto maneiras de avançar.

Quando a gente fala de manter e ampliar essas áreas novamente, eu puxo para que a gente olhe com mais carinho para as comunidades tradicionais que vivem na

cidade de Salvador, que são centros e quem nos centros de unidades de conservação espalhados pela cidade. E aí, novamente, chama a atenção para a comunidade de terreiro. São aliados aqui na cidade de Salvador e que precisam também estar junto no Plano Diretor com essa para além da cultura, mas também trazendo a natureza que também está associada à manutenção e tradição dessa religião que é a cara da cidade.

Então, se a gente não dispõe desses espaços verdes, não têm essa tradição, que é a cara e o retrato de Salvador continuar existindo. Já que a gente está aí também com o tema de Salvador, Capital Afro. Então está tudo relacionado. A gente precisa continuar e manter. E aí para isso também a gente traz um conceito de gentilezas urbanas, que pode ser introduzida no pedido nessa revisão, para que assim também o setor privado consiga contribuir com áreas de apoio ao município, para que a gente amplie, mantenha e também assegure essas áreas.

E aí, como sugestão para avanços, a gente precisa entender onde é possível na cidade fazer essas conexões entre essas vegetações, porque assim a gente consegue ampliar. E eu não falo de conexões físicas. Essas conexões vão para além. A gente tem, por exemplo, aqui o Parque Da Pedra de Xangô, que eu considero como o primeiro corredor ecológico realmente implementado dentro da cidade de Salvador, porque ali passa pessoas, passa a fé, passa água, passa animais.

Então assim, são conexões que vão para além das físicas. Então a gente também precisa trazer isso, olhar com mais cuidado para essas áreas que a gente tem em Salvador, para que a gente consiga pensar maneiras de estar protegendo e criando instrumentos. Que essa urbanização não avance de forma desenfreada nessas áreas. E aí, para isso também a gente precisa entender onde a gente consegue criar conexões nessas áreas e também onde é que estão essas áreas, no sentido de trazer esses mapeamentos mais atualizados, seja dos recursos hídricos, seja onde estão nossas áreas verdes, sejam de nossas nascentes.

Tudo isso é um passo que a gente vai pensando para poder criar planos, programas para pensar essa arborização urbana e também a paisagem da cidade de Salvador. E aí trazendo também um ponto que foi comentado aqui, que é a restauração dessas áreas que a gente precisa entender onde dentro dessas APRN's, que já são áreas mapeadas, a gente consegue levar instrumentos de restauração para essas áreas, já que a gente já tem um polígono nela.

Vamos trabalhar com o que a gente tem, que é super importante, e a gente aí também casa totalmente com a situação das temperaturas aqui na cidade. Quando a gente consegue ampliar o verde, o acesso ao verde, consequentemente a gente consegue reduzir esses micro territórios aí de clima mais, mais tenso e pesado dentro da cidade e aí eu volto também, como sugestão da gente pensar em fazer a

revisão a partir de uma ecologia mais funcional. Então, não só plantar para plantar, mas pensar na paisagem como um todo. E como trazer essas conexões a partir de uma ecologia mais funcional para Salvador.

Sílvia:

Bom, ainda bem que você está gravando, porque a gente vai ter todas as suas contribuições registradas.

Meu nome é Patricia Antonino, sou arquiteta e urbanista, trabalho com planejamento urbano. Só complementando o que o Robert falou e o que o Paulo também já colocou, eu acho muito importante a gente prever também no novo plano algum incentivo para a arquitetura biofílica, para arquitetura sustentável, para que realmente assim a gente tenha incentivos para que a gente possa implantar a boa arquitetura nos empreendimentos. E é com isso a gente vai fazendo essa mudança, essa transformação na cidade.

Sílvia:

Então, como a Patrícia está dizendo, não só as áreas verdes resolvem a questão da redução da temperatura, mas a forma como o desenho urbano acontece e a própria arquitetura conseguem minimizar também as temperaturas. Então, lógico que áreas verdes é bom para a vista, é bom para o cérebro, é bom para tudo, né? Mas a arquitetura também pode ajudar nisso. E realmente fez os comentários bem pertinentes.

Eu aproveito para implementar formações de que há a possibilidade de a gente fazer tudo em conjunto na gestão. A universalidade unifica aos poucos jogos de planejamento, de projetos de execução. E eu acho que esse momento agora é importante para isso. Gente. De fato, de 2016 para cá, repensar esse formato e dizer também que ali o patrimônio da Barra, a unidade de Conservação, um Decreto 2019, conseguiu alcançar e colocar em prática.

Bom dia, Bom dia! Sou Ana Gois, sou urbanista, estou aqui representando a Sociedade Brasileira de Urbanismo. Minha fala. E mais, corroborando mesmo com o que Robert trouxe nessa linha de pensamento. Primeiro de saber quais são, para além da preservação ambiental, quais são as medidas que estão sendo implantadas também para ampliação das áreas verdes. Porque saiu aí com o estudo da energia que estava até a segunda capital menos arborizada do país, então, isso é muito preocupante, ainda mais nesse universo de crise climática. E também qual o envolvimento que está dentro das comunidades tradicionais, pesqueiras, quilombolas e do axé, que são pessoas que já estão intrinsecamente tem uma ligação muito grande com o meio ambiente, com a preservação do meio ambiente e têm muito a contribuir com esse tema. Então eu acredito que poderiam ter aqui, inclusive representantes dessas pessoas, dessa parte da população, para poder contribuir também com o tema, porque eles têm muito a nos ensinar, a nos mostrar

quanto técnico e a contribuir mesmo pra ampliação do petróleo, pra que a gente consiga de fato avançar para além de nós que somos técnicos, com pessoas que também tem essa vivência de área de proteção ambiental.

Sílvia:

Então, eu acho que o PDDU ele quer dizer, se a gente olhar aquele mapa que eu mostrei, tem a mancha vermelha da urbanização já consolidada. A gente vê o enorme desafio que é a ampliação de áreas verdes no tecido urbano. Então, o que nós temos que estimular é justamente que essas comunidades que a população em geral tome medidas que venham a ajudar nessa ampliação de áreas verdes.

Então você estimular que o empreendedor que vai fazer Minha Casa, Minha Vida tenha que ter uma área de X por cento do terreno voltada para uma área verde. Isso é uma medida passível de ser incluída no PDDU, por exemplo. Não é? Essas comunidades, na realidade, são as que mais preservam. A gente tem mais é que aprender com eles e entender o que como que a gente pode maximizar e ampliar isso para toda a cidade.

Mas eu vejo assim a consolidação da urbanização de Salvador e que impõe esse enorme desafio de crescimento de áreas verdes. E aí nós temos que trabalhar muito mais no micro do que no macro. Não há mais possibilidade. Se a gente tivesse na China, com aquele e aquelas soluções de absorver a água e tudo, se fosse uma cidade nova, como eles propõem, fizeram lá na China, seria maravilhoso.

Mas a gente aqui, numa cidade de quase 500 anos e, portanto, com desafios muito mais complexos.

Oi, bom dia! Eu me chamo Lucineide, eu sou servidora da Defesa Civil de Salvador, trabalho no setor de gestão de riscos, então a gente desenvolve estudos para mitigar os riscos nas áreas de alagamento ou com problemas hidrológicos. No caso, Então, o que acontece? Eu queria levantar algumas questões que nos preocupam, porque normalmente as áreas de riscos não estão incluídas no Savant, então são áreas que possuem fragmentos de floresta.

São áreas que possuem vegetação natural pesada, mas não se enquadram no sistema ou na maioria das vezes. Mas de certa forma, a importância dessa vegetação é fundamental pra que a gente tenha uma situação de encostas estabilizadas. Então. Esse aqui e muitas das áreas de risco também se enquadram nas leis. E aí a gente fica amarrado em proteger a vegetação, porque naquele momento a prioridade é a vida e as pessoas.

Então eu não sei de que forma, mas eu vou deixar a ideia. Se a gente tivesse algum tipo de proteção, principalmente nos trechos de fragmentos florestais, mesmo que não se enquadrem, não estavam. Porque manter esses fragmentos é importante para as pessoas não ocuparem aquele espaço e criar um risco, porque o risco é criado todos os dias, porque a maior parte dos riscos ele é um trópico.

As pessoas vão cortando o talude, criando risco a cada dia. E a Secretaria de Manutenção, que é responsável pelo manejo arbóreo, normalmente não costuma adentrar a fragmentos. Então, assim, os serviços também não acontecem nessas áreas, porque elas deveriam estar lá, naturalmente funcionando. Uma outra coisa também na gestão do risco é que quando acontece os acidentes, é preciso fazer resgate.

Não só de pessoas, mas de animais. E aí, nesse caso, a legislação fala dos animais de convivência urbana e trata eles como domésticos e domesticados. Mas existem animais silvestres que no momento de resgate é preciso fazer esse resgate. Então isso é uma correção que tanto vai ter que ter na política como no próprio PDDU, porque assim não existe floresta, não existem animais silvestres, então a gente não pode desassociar isso, tá?

Uma outra coisa também que a gente encontra muito nas áreas de risco são minadouras, nascedouros, olhos d'água e fontes. E as pessoas consomem essa água. E aí a gente faz a sugestão de revitalização daquilo com o estudo da qualidade da água, para ver se realmente. Mas aí a pessoa vira para mim e diz: "eu moro aqui há 30 anos e consumo essa água." Se ela morresse, já tinha morrido, né? Então. É isso gente, É incrível como tem muitas. Como tem várias, muitas no nascedouro e você não acredita que encontra aquela água límpida ali no meio de um monte de habitação precária? Então não se fala nada disso no PDDU, nem cita se eles, os minadouras. Então é um ponto que eu acho que tem que ser homologado.

Há uma outra coisa que é a questão da temperatura. Esses espaços também são muito quentes, porque é um adensamento habitacional muito grande. A gente tem dificuldade de propor uma arborização viária porque a casa já é na rua. Mas a gente sempre pensa na questão da realocação desses imóveis. Então, diferentemente de outros espaços da cidade, a verticalização seria uma alternativa sim para esses espaços.

Tirar pessoas de áreas de encostas e jogar para jogar. Não colocar em áreas mais planas seria muito bom. É um trabalho social intenso, porque não é fácil tirar alguém da sua casa para dizer agora você vai morar ali porque existe um risco assim, assado. Mas tem gente morando literalmente dentro dos rios. E aí pede a gente da prefeitura para atrair o Rio do lugar, porque o que sabe-se que faz retificação de rios, então ele entende que é só você retificar e 'tá tudo ok'.

Então esse é o pensamento das pessoas. Quando formos discutir essa questão de habitações e ver de que forma a gente pode trabalhar melhor realocação nessas áreas de risco. Um outro ponto também eu sou do município, mas eu também sou representante estadual da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. E aí a gente tem a preocupação com a NBR, que trata do cuidado de árvores em obras que ninguém leva muito em consideração, mas é um ponto que devia ser colocado porque a maioria das árvores que a gente perde é por conta do corte de raízes, de ancoragem.

E essa questão também da das vias públicas, porque as pessoas falam que a árvore é inadequada. Me desculpe a gente, as árvores são seres vivos, naturais. Elas não são inadequadas, inadequadas são os espaços que a gente coloca a elas. E o espaço é feito pelo ser humano. Então a gente pode sim corrigir isso, porque existem canteiros no nível da rua, existem canteiros que podem ser mais abaixo, existem canteiros que podem ser elevados e existem canteiros que podem ser adequados de acordo com o porte da árvore.

Então, se você tem uma rua que não dá para plantar 100, mas dá para montar uma de grande porte, ótimo. A sociedade brasileira hoje defende árvores de grande porte porque elas ficam acima da rede elétrica aérea e isso diminui o custo de manutenção. Isso diminui inclusive problemas de falta de energia elétrica. Então, são questões da vida da árvore que precisam ser analisadas, não somente tal espaço, a transparência por causa do fruto e aquilo não. Como é que essa árvore naturalmente cresce? Porque as podas são amputações. As podas não deveriam ocorrer se acontecer, como acontece de ano a ano. Um vegetal precisa ter podas apenas de dois a três anos, um galho outro e não há esse excesso de podas. Então vamos criar espaços adequados, porque assim uma árvore de grande porte, com um canteiro adequado substitui muitas outras, porque não adianta plantar sem e não vai crescer sem. É melhor que você plante uma e que ela simplesmente cresça. Então são essas contribuições que eu queria fazer.

Sílvia:

Queria te agradecer pela diversidade de contribuições que você trouxe. Eu disse um pouco antes sobre a questão da arborização. O Plano de arborização tem que orientar isso. Não é porque às vezes as pessoas vão pela estética da árvore e não pela funcionalidade. Não sabem analisar a questão do tamanho de canteiro, de raízes e tudo mais. E é isso. E existe também a questão da educação. Para essa questão, a questão das mudanças climáticas não é de de que, principalmente as populações vulneráveis, de entenderem os riscos que elas estão assumindo ao construir uma casa como você disse, praticamente dentro do rio. Ontem nós fizemos aqui o Fórum de Infraestrutura e falamos da percepção das pessoas sobre a questão de água e esgoto.

Não é que o IBGE e quando vai perguntar para o para a população tem água na sua casa? A pessoa respondeu: Tem sim. E muitas vezes pode ser essa mina d'água. E ela acha que isso é água boa, mas não é tratada e que a gente não sabe que riscos estão envolvidos no e no consumo desse tipo de água.

Então são questões e a gente cai sempre nessa, no desafio das populações vulneráveis, em que a gente tem que achar soluções criativas que venham a melhorar a qualidade de vida dessas, dessa população. Evitar o deslocamento não é? E enfim, os desafios são enormes e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente não é? Então, eu admiro enormemente todos que trabalham na Defesa Civil, porque eu acho que é um dos trabalhos mais desafiadores no ambiente da gestão urbana.

Bom, bom dia José Miguel, da Diretoria de Resiliência da SECIS, agradecer pela apresentação. Me parece que é uma apresentação que traz a si uma fotografia de Salvador como ela é hoje. E a gente está tratando isso no âmbito do PDDU, da orientação, do desenvolvimento urbanístico, desenvolvimento sustentável, da cidade para os próximos anos e, nesse sentido, cria ponto, questionar se uma dúvida se será feita alguma análise com relação a projeções climáticas futuras.

Então, olha, a gente tem alguns indicadores e alguns algumas modelagens climáticas que permitem a gente entender o comportamento das mudanças climáticas no médio ou longo prazo para determinadas cidades. Então a gente tem aí a modelagem climática CMIP6 que foi desenvolvida agora recentemente, o ano passado, com alguns indicadores RX1day, com o indicador precipitação, que se traduz a inundação nas cidades RX5day, que faz a informação até cinco dias e se traduz em deslizamentos de terra e o indicador CDD (Consecutive Dry Days - Dias Consecutivos Secos) que poderiam trazer uma uma visão de como que se vai comportar as ilhas de calor em Salvador para os próximos anos. Então entender se isso será realizado e incorporado às análises do Plano Diretor.

Ana Cristina:

Bom dia a todos. Miguel, sou Ana Cristina da Fundação Getúlio Vargas, especialista em mudanças climáticas e compõe a equipe da FGV. Nesse sentido, o seu questionamento é bastante técnico, aprofundado e isso se atém ao plano o PMAMC. A gente fez aqui na realidade um, digamos assim, um sobrevoo, e trouxemos alguns pontos, algumas questões que são importantes do ponto de vista de pontuar e jogar luz do ponto de vista das mudanças climáticas em relação aos temas. No seguinte sentido a mudança climática. Ela é sistêmica. Então, como sistêmica, é necessário que a gente lance esse olhar no PDDU, entendeu? Somente isso. Então, essa contribuição que você fala especificamente nas SECIS.

Bom dia pessoal, sou Yure Brito, estou como gerente de licenciamento ambiental da SEDUR e primeiro aqui eu queria parabenizar e agradecer a aula que nosso colega Robertinho nos deu. E dizer que ele é nosso coordenador de Licenciamento Ambiental da SEDUR e do nosso time e queria. Agradecer a aula, a fala da fala aqui do nosso colega e do Paulo sobre as ocupações das áreas dos novos empreendimentos em áreas protegidas. Só para a gente não ficar com a ideia de que esses empreendimentos eles estão ocupando de maneira irregular.

Nós licenciamos, dentro do que tem dentro do zoneamento imposto pela legislação urbanística. Tudo dentro dos ditames. E que qualquer ocupação que é feita em área de preservação permanente, ela é irregular. Então, dentro do licenciamento urbanístico e ambiental dos empreendimentos residenciais e comerciais, enfim, de qualquer outra ordem, eles são feitos dentro do regramento. Municipal, nas áreas possíveis de ocupação. Não que não devemos rever alguns zoneamentos, algumas questões, mas eu queria só falar aqui porque quando a gente fala de área protegida, acha que é totalmente. Mas cada local tem suas especificações, suas permissões, suas restrições. E pontuar aqui a palavra de minha colega, a agrônoma Lucineide, também aí do município, que ela falou das árvores. Eu penso que a gente fiscaliza, a gente fiscaliza as árvores, a multa autua quem faz o corte, mas a responsabilidade maior é no plantio.

Embora tenhamos o Plano de Arborização Urbana, que é específico, pode fazer menção a essas questões da responsabilidade no plantio. Eu acho que a gente devia, na verdade, até licenciar um plantio, porque ele é mais importante até do que a retirada. Por exemplo, é um filho que você bota no mundo.

Sílvia:

É uma sugestão, Não é licenciamento de do plantio de árvores que ajudaria nessa gestão de espécies e de localização. “Isso pode, esse local tá certo ou errado” e talvez até em áreas privadas, dependendo do porte da árvore, também, né? Porque um jardim rasteiro é uma coisa, a hora que plantar uma árvore e outra eu vinha pra cá saindo do rio na segunda feira, passei num prédio que tinha um uma palmeira que chegava no oitavo andar de um prédio. É uma coisa impressionante. Eu nunca tinha visto. Já passei ali inúmeras vezes, mas a palmeira era altíssima e estava na altura do oitavo andar de um prédio só no Rio de Janeiro.

Que a gente vê uma coisa assim? Ela fica praticamente no prédio, é linda, mas não é adequada porque ela não tem função alguma no ambiente urbano, totalmente consolidado do lado de um viaduto, inclusive, você vê uma palmeira desse tamanho mais bonita no Jardim Botânico. Mas não, não ali onde ela tava, né? Então, esse tipo de digestão das espécies é muito importante, porque aquela árvore era só decorativa.

Bom dia, Eu sou Lutero Maurício, sou Gerente de Saneamento, Recursos Hídricos daqui de Salvador, professor de bio ambientes também da SEINFRA. Vendo aqui. Queridos e queridas amigas, eu pediria que se pudesse colocar aquela planta, aquela imagem do Salvador, por favor.

Alguns anos atrás, há dez anos atrás, as obras municipais, o responsável pelo licenciamento ambiental das obras da cidade, eu acompanhei todas elas e faço a licença ambiental, coisa que não era feita há dez anos. A dez anos atrás, as obras públicas não eram, não tinham licença ambiental, eram feito de qualquer forma. Mas de há dez anos para cá, todas as obras do município são licenciadas e são acompanhadas respeitando todos as normas e diligências federais, municipais e estaduais.

E a gente hoje sabe que a questão ambiental. Eu já fui coordenador geral do Mundial e Meio Ambiente aqui do município e hoje eu faço também. Eu sou também consultor e professor nessa área de meio ambiente e meio ambiente em Salvador. Não é para leigos. Essa é a grande verdade. Se a gente olhar Salvador grosseiramente, é dividida em três áreas: a orla, que é da Paralela até o mar, da Paralela até a BR 324 e o miolo da BR 324 até a Baía de Todos os Santos ao Subúrbio. 2/3 da baía de Salvador, se olhar por essa imagem, a parte norte lá tem 28 quilômetros a 30 aproximadamente e do norte para o sul tem mais 30 quilômetros. Então somos bem pequenos. Se a gente verificar que 2/3 de Salvador é ocupação irregular, Miolo e subúrbio é praticamente quase ocupação irregular é o nome bonito 'Ocupação Espontânea', que é o nome bonito para as invasões. Então foram áreas invadidas e ocupadas sem absolutamente nenhum critério. Nascentes. Agora a gente foi fazer a recuperação do Maré Dendê, a gente recuperou algumas nascentes do mar e atender. É aquele rio que cai dentro da cachoeira de Oxum, no São Bartolomeu, e a gente chegava ali, tinha dois metros de espuma caindo. Então, depois da recuperação, foi retirada, foi revitalizado no que foi possível. A gente revitaliza no dia. No dia seguinte, as pessoas começam a fazer ligações de esgoto e novamente cair dentro do rio.

Então é algo realmente, como eu disse, a questão ambiental de Salvador não é para leigos. A ocupação acontece sempre em função dos rios. Então a interiorização vai pelos rios. As pessoas vão invadindo, pelos rios, vai desde do início, historicamente, porque o rio é um lugar que você fica perto do rio, você tem água para beber e local que você jogar, lixo, esgoto. O rio serve realmente para isso. E esse foi o conceito da ocupação hoje 100%. Eu conheço cada rio de Salvador, da nascente à foz, eu conheço todos e 100% deles e estão poluídos aqui do lado de fora, aqui pulado, aqui nós estamos dentro da APP do Rio Camurujiipe. Teoricamente, essa construção não devia nem existir, porque está dentro da APP do Rio.

E se você olhar esse rio aí, esse rio aí, o que passa aí é praticamente pouca água, porque a grande parte do Rio Camurujiipe é recalçada lá no nó estação de tempo

seco pela frente da rodoviária. O que se passa aqui? Quando chove, o excesso sai de seis metros cúbicos para 40 metros cúbicos. E aí ele passa com medo, não tem força de ir até a Foz. Ele acumula e fica podre, apodrece. Aí então esse mau cheiro aí é porque a água não tem força de ir e essas macrófitas terminam segurando essa água. Todos os rios de Salvador que eu vou falar de união, todos os rios têm exatamente essa mesma formação. Esse riozinho aqui nasce lá no Alto do Cabrito, no Dique do Cabrito, ele já nasce com o esgoto, ele sai descendo, aí ele sai recebendo todo esgoto. Apesar do Bahia Azul ter dito que retirou todos os dias de Salvador tem esgoto e tal. Não sei. Realmente grande parte foi retirada realmente do esgoto, mas a maioria do esgoto de Salvador ainda é lançado nos rios, a exemplo desse Rio Camurujipe.

As árvores, interessante é que cada prefeito para marcar sua gestão, criava uma árvore. Jorge Hage trouxe o Ficus. O outro trouxe a amendoeira que essa praga. Quem tá vendo aí a nossa direita amendoeira que é uma exótica. Outro trouxe a mungubarana, aquela Bombax. O Ficus e a Mungubarana acabaram com o sistema de esgoto da cidade, porque ele entra em qualquer, até na água ela entra. Então o ficus lança os filamentos, ele entra no esgoto. É um problema sério. Então tirar as mungubaranas, tirar os ficus é para o nível de complexidade que existe na questão ambiental da nossa cidade. A mungubarana quando invade um sistema radicular, ela consegue invadir e romper qualquer sistema de esgoto ou de fornecimento de água.

Retirar essas águas . O pessoa diz: 'ah, não pode retirar essa mungubarana porque é um ser vivo', é um ser vivo que está no local errado, então vamos tirar ela e replantar mais dez. Essa tem sido a política da Sedur. Eu sei que a gente licencia aí com o meu amigo e olhe lá. E é o meu colega ali também da prefeitura Robert.

Para cada árvore retirada são dez plantadas na orla. Nós tiramos 200 e tantas árvores foram plantadas e estão sendo plantadas duas 1400 árvores, substituindo essas que foram retiradas. Então demora um pouco. A gente não vê porque as obras estão sendo realmente. A política hoje da prefeitura tem sido exatamente essa de replantar. Quanto ao clima de Salvador, é outro problema seríssimo.

A gente olha ali que o vento entra em Salvador, no sentido Leste, Nordeste e Sudeste. Então é como o vento entra em Salvador. Antigamente a gente tinha as dunas que protegiam. As dunas trabalham, elas trabalham como filtro de salinidade, temperatura, o ar quente e úmido, salitroso entra no mar e recebe a evapotranspiração das dunas. Nesse momento, ele deixa a salinidade e a vegetação de restinga se especializou em tirar esse sal que entra na água quente e úmido salitrosa.

Aí ele entrava em contato com a vegetação. Outra evapotranspiração, e deixava o calor. Então a vegetação e as dunas servem com o filtro de salinidade e de calor e

aí entravam na cidade um clima bem agradável. Hoje você não tem mais duna, só tem lá no Parque das Dunas e é o único resquício que tem hoje de duna preservada. E a vegetação que contribuía para retirar o quente e úmido do salitre do mar já não existe mais. Então, aí a gente enche de plantas, de vegetais que não são especializados, é retirado salitre e não vão pra frente porque tem todo o tipo de vegetação específica, como a maçaranduba de restinga e outras que a gente vê lá no Parque das Dunas, que são especialistas em retirar o sal que cai no solo.

Então o clima de Salvador e o meio ambiente em Salvador não é coisa para leigos. Muita ciência, muito estudo. Hoje a cidade está tomada por Leucena. A gente olha lá uma praga de Leucena, para nós é uma praga de Leucena. Mas a natureza não, porque ali o é um ano de troca e está fixado em nitrogênio para recuperar. então é uma coisa muito séria. Realmente a questão do meio ambiente tem que ser realmente encarada por profissionais, por cientistas, por estudiosos. Obrigado.

Sílvia:

Falando com algumas pessoas aí durante o intervalo, me veio a lembrança como funciona lá no Rio de Janeiro a questão da arborização lá no Rio, Qualquer empreendimento que preveja retirada de alguma árvore, você tem que aprovar isso no licenciamento e a prefeitura estabelece onde e que tipo de árvore você tem que pagar na realidade financeira. Por exemplo, eu já tive projetos que tinha que pagar pra arborização em uma avenida, outro num parque, e aí eles mandam a conta. Então vai tudo tabelado, as espécies são tabeladas e o empreendimento tem que arcar com a despesa. Isso é uma questão que pode ajudar. Aí ia ser introduzida e pode ajudar. Então a FGV busca esse olhar para as outras cidades para trazer experiências aí que venham a ajudar, né?

Além de pagar por ela, poderia ter alguma forma de plantio de tecnologia?

Pode, porque o que acontece muito na compensação ambiental: o requerente ou quem quer que seja... Fez o dano e às vezes não tem a expertise, como já foi falado aqui do plantio. Então você paga ao Estado o Estado paga a uma empresa especializada para fazer o serviço. No estado da Bahia mesmo. Já aconteceu alguns casos através de ONG. Se fazer compensação ambiental. Mas a questão do Rio também. Há muita discussão ainda sobre a matéria não estar pacífica contra essa compensação ambiental.

Meu nome é Ana, eu sou professora da UNIFACS e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. E na verdade eu tenho muitas dúvidas. Estou me colocando aqui inclusive como tábula rasa pra tentar entender de fato como é que será essa abordagem é porque é que eu estou falando isso me ocorreu. Enfim, se falou um pouco muito de Salvador, inclusive no início ela

citou a uma das características principais que é Salvador estar numa península. A gente tem duas áreas de borda. Tem sido um tema bastante delicado aqui para a gente, tá certo, a começar agora pela uma um conflito bastante intenso que está tendo na Praia do Buracão. Acho que todo mundo aqui já ouviu falar e sabe disso, não é? É algo que afeta ou que pode afetar ambientalmente todo um ecossistema ali daquela praia, tá? Então, assim, essas áreas de bordas, elas me parecem. Como eu já disse, é uma área delicada e eu acho que bastante cobiçada, inclusive pelo próprio mercado imobiliário. Então a gente já tem o exemplo aí de algumas outras cidades do Brasil que não se deram bem com a liberação de gabarito de altura. E eu fiquei me perguntando exatamente como é que seria isso, inclusive não perder as próprias áreas de borda. Tem uma, posso dizer, uma espécie de legislação própria especial. A gente não falou sobre isso aqui. E aí eu comecei também a me perguntar como é que um tema transversal, como é o tema do meio ambiente, pode ser apropriado numa máquina administrativa que tem um desenho extremamente conservador, um desenho vertical e extremamente autoritário.

Essa seria a minha pergunta inicial, evidentemente. O lado da origem de todas essas coisas. Por que pensar no meio ambiente e pensar na transversalidade exige uma certa conectividade e uma certa intersetorialidade que me parece que não existe ainda na nossa, na nossa prefeitura. Tá? Salvador apresenta inclusive algumas, eu diria, excentricidades. Vou citar aqui porque foram coisas que me ocorreram também.

Como eu disse, eu tenho mais dúvidas, tenho mais questões do que qualquer outra coisa. Não tenho muita coisa para colocar aqui nesse momento, a não ser isso. Por exemplo, os passeios. Alguém estava falando das árvores, dos passeios, por exemplo, aqui na Pituba, que é uma área de urbanização mais recente. Tá certo, tem 80 centímetros de largura, né? Durante o período, se preocupou muito em colocar os os pisos táteis que não servem para nada, né? Uma segunda coisa que a gente vê aqui muito comumente são os carros no passeio, as pessoas na rua, os estacionamentos, por exemplo, se passa ali na Manoel Dias. Você sobe no passeio, os carros vão para cima do passeio e as pessoas não tem calçada para circular, né? Me parece que todas essas questões de alguma forma estão associadas a questões ambientais e também, de certa forma, as mudanças climáticas. Mas eu entendo as questões de meio ambiente como uma questão, inclusive de que a gente pode chamar de saúde ambiental. Não sei ao certo, e que está relacionada, evidentemente, à qualidade de vida que os habitantes dessa cidade podem ou devem usufruir.

E aí outra coisa que eu me pergunto é o seguinte: nós temos uma série de conselhos. Conselho de Meio Ambiente, Conselho das Cidades, conselho disso, conselho daquilo, mas a gente entra no site da prefeitura e não consegue ver o que é que esses conselhos ou como é que eles estão atuando, o que é que eles estão fazendo. Me parece que se a gente está falando desse nível aqui, de conexão se a

gente está falando dessas reuniões, se vão ter reuniões nas comunidades, etc. A gente vai falar de participação popular e não se pode construir uma cidade equânime. Não se pode construir uma cidade resiliente, não se pode construir uma cidade justa, ambientalmente justa, social e economicamente se não houver de fato uma participação popular. E essa participação, até então, ela me parece mais cenográfica do que real, né?

Então, assim, era isso que eu queria colocar, está certo? Porque, enfim, eu tenho muitas dúvidas em relação a isso. Eu tenho. Venho acompanhando esse processo já há um bom tempo e não vejo muitas coisas mudarem, não vejo muitas coisas não mudarem, principalmente isso que eu estou falando em relação à participação popular. Eu sei que é necessário consciência coletiva, eu sei que é necessário consciência política.

Muitas vezes não estou falando de política aqui do ponto de vista de partidarismo político, mas de política. Como cidadãos que somos, como pessoas atuantes, está certo como aqueles que devemos defender aquilo que é nosso, que a cidade, a cidade é nossa. Mas eu não vejo isso avançar, não vejo espaço, inclusive dentro do próprio da própria prefeitura, para que isso avance e avance de forma efetiva, Está certo?! Então é isso que eu queria colocar aqui.

Sílvia:

Agradeço seus comentários sobre. Como eu disse no início, nós elegemos alguns temas para tratar hoje. Não, não, não nos propusemos a tratar de todos os assuntos, porque não temos como abranger toda essa temática, especialmente a área costeira, que é bem complexa. Sobre as questões de licenciamento, aí eu e uma questão que é que não está no escopo nosso da FGV discutir, mas na realidade o que a gente vai é propor a lei de uso do solo de uso do solo, buscando maximizar a preservação dessas áreas que são importantíssimas para a paisagem e para a saúde ambiental mesmo. Acho bastante importante a sua fala, porque na realidade, tudo isso que a gente fala de meio ambiente é justamente para a saúde dos soteropolitanos. É isso que está por trás de todas essas questões.

Bom dia, pessoal! Sou Yuri Matos. Sou o diretor de um programa específico da Secult Municipal, Secretaria de Cultura e Turismo. Fiz duas anotações aqui que eu acho que a gente pode discutir e até trazer informações importantes, relevantes. Um foi que dois colegas aí falaram de projetos para o centro histórico de recuperação de toda essa massa construtiva que está abandonada, que está em situação de risco.

Dentro da Secult, a gente tem um programa chamado PRODETUR, que a gente está em construção segundo programa, que vem com componente habitacional justamente para o centro histórico. Estamos há dois anos fazendo esses estudos e essas consultorias e muito em breve a gente terá esse programa assinado que vem

aí fazer a revitalização de aproximadamente 300 unidades habitacionais, 25 a 30 casarões, todos em situação de risco, todos abandonados, todos sem utilidade pública e a gente também na prefeitura tem um programa chamado Renova Centro, que talvez seja um dos mais arrojados do país, que é para trazer incentivos fiscais e tributários municipais para todo mundo que quer investir no Centro. Então, assim, eu visitei Rio de Janeiro, visitei Recife e a gente tem percentuais melhores de volta para essa pessoa privada que faz o investimento, principalmente se for na área habitacional.

Ela tem 100% de recurso. O recurso que ela colocar, ela recebe de volta 100% desse recurso em ISS, em ITIV e outros impostos municipais. Só que eu vi a fala também da colega ali da FGV e achei interessante. A gente, além do Centro Histórico, a gente tem outras regiões da cidade que tem essa, essa massa construtiva abandonada. Será que a gente poderia levar esses incentivos para essas áreas, principalmente a orla, algumas regiões do Centro que não estão contempladas nessa poligonal do Centro Histórico. Então, eu acho que seria mais uma opção importante. A gente está falando aqui de meio ambiente. Então você utilizar o que já está construído é importantíssimo para a cidade, que é vida de novas construções em áreas de risco, em áreas mais distantes do centro da cidade.

Fica esse questionamento de estudo e a gente já tem utilizado, aprimorado e regulamentado instrumentos que facilitam esse investimento no Centro, como consórcio imobiliário hasta pública. A gente utilizou a Lei de Encampação também, que é uma lei recente. Então a gente já está fazendo e também já está sendo olhado aí pelo PDDU para facilitar. Outra coisa que eu anotei aqui: as mudanças climáticas já estão aí, todo mundo está sofrendo, Todo ano a gente tem algum desastre novo. Então eu acho que a gente tem que pensar muito mais em adaptação nesses territórios, essas, esses territórios que são em área de risco, em área de alagamento, muitas vezes começaram e as pessoas não tinham opção, então não foram escolha delas. A maioria não teve escolha e são as pessoas mais pobres da cidade. E o que é que a gente pode fazer para mudar essa realidade? A gente tem problemas importantes em andamento aqui em Salvador mesmo. A gente tem um que é o Mané Dendê, que recuperou muito ali, uma área muito boa do subúrbio ferroviário, trazendo urbanização, trazendo infraestrutura, trazendo água, esgoto e moradia.

Em Recife a gente tem o ProMorar, também, que é um programa super arrojado e grande. No Rio de Janeiro, a gente teve aí, através do PAC, um início de reurbanização da favela da Rocinha, a maior favela do Brasil. Então, sei o que é que a gente faz para adaptar? Quais são os incentivos que a gente pode fazer, o que é que a gente pode promover para ter mais adaptações? As pessoas estão ali, não são muitas vezes porque elas querem. Ninguém quer morar em uma área de risco que pode ser abandonada, cair com chuva. E o que é que a gente pode fazer? Como é que o país pode trabalhar melhor isso? A gente tem um princípio aí do

governo federal nessa ajuda, mas que é muito pouco, não está chegando realmente nas cidades que precisam.

Tipo o começo no Rio. O Rio, a cidade, é uma das maiores cidades do Brasil. A segunda. Mas e as outras? E eu vejo muito pouco isso sendo discutido. Nacionalmente também. Não só nas cidades. Mitigação, resiliência? Ok, temos que continuar pensando. Não podemos deixar de pensar que essa situação já está caótica e precisamos realmente de adaptação.

Sílvia:

Sobre essa questão. Você falou em legislação federal sobre áreas vulneráveis. Na realidade, na minha opinião, as soluções são pontuais e locais. Quer dizer, cada. Cada comunidade tem que ser pensada por si só. Infelizmente, não há uma solução mágica para isso, porque a ocupação irregular e na Rocinha tem áreas que a coisa está tão consolidada que já podem ser mantidas como comunidade. Outras áreas não. Então, as soluções são muito pontuais. Na realidade, é isso o PDDU deverá olhar pelas prefeituras bairro, tentando identificar quais são essas comunidades e propor soluções, se for possível propor soluções específicas. Mas, na realidade, infelizmente, a gente tem que evitar o avanço, principalmente porque a solução nem sempre é possível, a não ser como a colega da Defesa Civil falou, de deslocamento de população que a gente sabe que isso.

O Rio de Janeiro também tem exemplos muito ruins dessa questão de deslocamento de comunidades de Cidade de Deus, por exemplo. É o pior exemplo que foi desfeito. Uma favela em área central, elevou-se para longe e o crime é que domina essas regiões. Então a gente vive tempos difíceis. É que nem só o meio ambiente a gente tem que olhar a gente tem que olhar para tantos aspectos que na realidade. Por isso a relevância do PDDU, que é o instrumento para abraçar todos esses temas.

Bom dia, Kátia Carmello. Eu sou da Associação Comercial da Bahia, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e vou trazer algumas propostas e algumas críticas em cima do que a gente viu aqui hoje. Coloca um pouco aquela planta do sabão, por favor, que é uma das coisas que eu acredito que a gente tenha que pontuar na revisão do Plano Diretor e que o mote principal, o foco principal do Plano Diretor, ele deve ser construído em cima do meio ambiente, das mudanças climáticas.

A gente não pode tratar nenhuma outra temática se não for pelo viés das mudanças climáticas, porque é uma situação irreversível. Então, em cima disso, a gente tem que fazer as propostas, fazer as avaliações. Só fazendo a referência dessa questão do deslocamento populacional depois do caso da Cidade de Deus. O Estatuto da Cidade proibiu esse deslocamento. Nós tivemos vários exemplos aqui em Salvador e o pessoal saiu daqui da Magalhães Neto, foi colocado lá em Coutos.

Hoje isso é proibido, isso não acontece. Então qualquer tipo de reurbanização ou urbanização a população tem que ficar no local, tem que ser pensado. A forma de se reutilizar. Uma coisa que eu senti falta nessa planta, é que eu entendo que ela esteja incompleta, porque nós temos os parques urbanos que não estão colocados aí. É uma das considerações que o Parque das Dunas, que fica naquela região de Stella Maris, é hoje um bolsão de contenção da salinidade da cidade.

Então ele hoje, juntamente com o Parque de Pituaçu, ele tem uma grande retenção da salinização para o restante da cidade, né? E quando a gente pensa em zoneamento ambiental, quando a gente pensa na divisão, no aquecimento, na cobertura vegetal, a gente tem que pensar que Salvador é uma capital, uma capital de uma região metropolitana. Quando vocês colocaram as torres de questão da Defesa Civil, eu passei um período em Madre de Deus como secretária e tantos meus colegas de São Francisco do Conde, Candeias e Simões Filho. Vinham buscar das torres daqui de Salvador, os dados para que a gente tivesse índices pluviométricos e outros dados meteorológicos para que nós tivéssemos condição de ir lá naqueles municípios desenvolver as ações que a gente precisava ter. Então, Salvador lá desempenha um papel como capital e além de ela também serve de manancial de informações para toda uma região metropolitana. A gente tem os outros municípios que estão na circunvizinhança, que também recebem esses dados.

Quando a gente fala aqui também você tem uma série de unidades de conservação que precisam ser repensadas, avaliadas, consideradas, porque são uma série de legislações complementares que nós temos que fazer. E para além do plano Diretor, que nós estamos aqui levantando os dados para fazer o diagnóstico, para elaborar ainda o diagnóstico da compilação dos dados que estão sendo fornecidos.

A gente também está fazendo a revisão da Lei de Ordenamento, que não deixa de ser uma regulamentação do que a gente está propondo no Plano Diretor. Então, eu acredito que é importante colocar como uma das plantas do Plano Diretor, como um mote, inclusive para uma possível reavaliação dos elementos urbanísticos da cidade. A planta de bacias hidrográficas Salvador é uma malha subterrânea de rios, a ponto de nós termos uns vários estudos nesse sentido, em que o pelourinho que foi construído sobre uma pedreira e é rico em fontes naturais no seu subsolo, que alimentam os rios que alimentam até a região de Praia do Forte, em Mata de São João, né?

Então, quando você trata a reurbanização, quando você trata o relevo de Salvador que você tem várias tipologias de solo, você tem um solo extremamente permeável na região de Stella Maris e um outro no subúrbio, que se você jogar um copo d'água, a água fica porque ela não vai penetrar no solo. Então, quando você chega numa cidade com tantas particularidades, com tantas variáveis de avaliação, você precisa entender, enquanto o soteropolitano, que a questão da permeabilidade

do solo, da vegetação, do tipo de vegetação a ser colocado, nós temos vias muito estreitas que não têm condição de ser arborizadas, mas existem vias que você consegue fazer corredores urbanos.

Eu particularmente entendo que realmente o único corredor urbano que existe é o da Pedra de Xangô. O resto, para mim é só maquiagem. Vamos ser sincero, certo? Eu acho que a gente precisa seriamente repensar os conceitos de corredores urbanos para que a gente realmente sacramento o que é arborização. Por quê? Porque não só as árvores vão nos dar qualidade ambiental. A água também vai dar. Salvador é uma cidade úmida, extremamente úmida. Por isso nós sentimos tanto calor, a evaporação é muito grande. Tudo isso tem que ser pensado. Uma das críticas, inclusive a a Lei de Ordenamento vigente hoje, foi a drástica redução dos recursos, principalmente os recuos laterais. E aí, quando você faz uma implantação de uma edificação na orla de Salvador, que tem uma ventilação nordeste, você faz um barramento de ventilação para o miolo da cidade.

Isso tem que ser pensado. Então, quando você vai fazer um planejamento e aí eu tenho que fazer uma referência a todos os técnicos. Sim, da prefeitura. Nós temos técnicos competentíssimos, que vivem há 30 anos, com todos os dados científicos, inclusive práticos do que é Salvador, que não é uma cidade fácil de se administrar, de se ordenar, de se fiscalizar.

É uma cidade que tem 80%. Hoje eu digo se 80% da cidade é de ocupação informal e quando a ocupação é informal, a necessidade de atuação do poder público na área de saneamento, na área de fornecimento de água, na área de fornecimento dominação pública, ela cresce e a demanda é muito maior. Então a gente precisa ter, principalmente nessa região do miolo, um olhar extremamente específico, extremamente criterioso.

Quando nossa amiga falou do povo de santo e importante, eu acho que quando forem feitos os fóruns sociais, as pessoas que vivem da terra, a terra é vida, a Terra fornece energia, a Terra é quem vai nos dar o segmento aqui não vai dar a respiração que nós, que vai dar, o verde que vai dar o oxigênio.

A gente precisa consultar todas essas pessoas que estão ali no dia a dia, na vivência. A prática leva à perfeição. É o ditado mais correto que existe na vida. Não adianta viver só, eu vou fazer. Na teoria não dá. Temos que ter cuidado com os nossos parques urbanos, com a influência de todo esse insolejamento que nós temos e tudo isso para poder nós falarmos também da questão da segurança jurídica. No Plano diretor anterior, nós acabamos com a zona industrial da cidade, mas nós acabamos com a zona industrial e criamos um problema absurdo que hoje se vive com aqueles conjuntos habitacionais que são conjuntos habitacionais Minha Casa, Minha Vida e conjunto habitacional que estão sendo colocados na antiga zona industrial. Mas os industriais ainda estão ali e dificilmente conseguem coexistir

com o conjunto. Você tem uma usina de concreto de um lado da rua e do outro você tem um conjunto habitacional. Isso vai dar no que? Como é que fica a saúde da nossa população? Nós temos áreas com contaminação por chumbo e por cobre, áreas que não podem ser ocupadas, mas que estão aí na voga de tentar se fazer ali uma implantação de um como um conjunto habitacional também é inadmissível isso.

Então, esse mapeamento também é importante para que nós tenhamos tanto da qualidade do solo para que nós tenhamos segurança jurídica. Quando a gente vai fazer um zoneamento da cidade que a gente vai fazer a critério, o critério de reino, zoneamento é fundamental as bacias hidrográficas e é fundamental. A tipologia do solo é fundamental. Todo o arcabouço de atividades que existem naquele local para que a gente não crie incompatibilidades e inconsistências. Eu acho que a planta de uma planta de relevo seria também interessante de se colocar. E a questão das APRN's colocadas pelo meu colega, que hoje é praticamente um professor, né? Porque quando a gente entende que as pessoas têm as suas especificidades e a gente é um pouco de conhecimento, a questão das a APRN's em 84 nós tínhamos cinco aderentes. Hoje nós temos 18 e cada uma dessas há perenes que são institucionalizadas pelo município. Elas precisam de lei específica. Não é decreto. São leis específicas para que elas sejam regulamentadas. Objetos de estudos. A última que nós lamentamos foi a de Jaguaribe. Cândida começou a desenvolver os estudos para a APRN de Jaguaribe em 1996. A gente sabe o regulamentar agora, então, é uma lacuna que nós não podemos deixar acontecer. Nesse diapasão, a cidade cresceu, a cidade ocupou.

Sílvia:

Sobre a questão de olhar para a rede hidrográfica, e relevo. Nós levantamos. É de fato uma das grandes metas do PT de o é rever esse zoneamento. Talvez essa seja a missão principal para a gente corrigir essas distorções, já que a gente está fazendo uma revisão justamente aqui, que é que a gente pode contribuir. Então, obrigada pelos seus comentários. E sobre a questão da PRN, eu acho que, novamente, da mesma forma que as comunidades vulneráveis devem ser vistas uma a uma, né? E analisadas, o que que é passível de ser feito em cada uma delas.

Eu vou fazer um complemento aqui da fala de Yuri, do formato que é feito a tratativa com o requerente. A licença que vem da Seduc emite um SV. Ela é trabalhada em cima do Plano Diretor. Arborização urbana, que tem todos os critérios de nossa planilha de orientação. Então isso transforma determinadas expressões em um volume maior de replantios. E a gente fez um levantamento e está em torno de quatro meses e meio. O replantio, em comparação às supressões que monitora isso. No caso, não é o Rio de Janeiro que você pode ter outra contrapartida, que é de fato o plantio. E a gente monitora esse requerente que faz esse replantio na cidade, monitorando justamente com nosso modelo de harmonização e seguindo

toda a normativa que a gente teve. A gente hoje em sua colocação para fortalecer o que foi discutido.

Bom dia! Meu nome é Ana Kelly. Eu sou da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e queria reforçar a fala de Yuri no sentido dos imóveis abandonados. E isso tem muito a ver também com o meio ambiente. Você está ocupando aquela estrutura que já existe muito melhor do que você está muitas vezes construindo habitações novas, empreendimentos novos e tirando esses recursos da natureza.

Então, nós temos aí algumas políticas, né? Tem o decreto da encampação, que ele não só visa a revitalização do Centro Histórico, mas ele está aí para toda a cidade. E é importante que a gente tenha uma visão também sobre esse e o restante da cidade, sobre os demais bairros e os demais imóveis que estão aí, que podem ser ocupados e causam tanto prejuízo à paisagem urbana.

E em função de todo o déficit que a gente tem de habitação, até de ocupações em áreas daqui. A necessidade de áreas que já estão estruturadas e que podem servir às pessoas que estão aí. Então, quando se fala de um imóvel que ele está abandonado, não precisa muitos anos para aquele imóvel, ele se degradar. Então tem determinadas edificações que você vê no Google. Então, assim, num período de quatro, cinco, seis anos, ele já está totalmente. Se ele for abandonado e não tiver manutenção correta, ele já está totalmente degradado. E aí para você recuperar esse imóvel, realmente o esforço é muito maior. Então eu acho que a gente tem que também, porque o Plano Diretor, ele tem que ver essas políticas, principalmente da função social, da propriedade, de realmente reforçar todo esse arcabouço legal para que se cumpra a função social da propriedade.

Sílvia:

Como você disse, é missão do PDDU olhar pela função social.

Bom dia novamente, pessoal! Ouvindo vocês, acho que acredito que seja entendimento de todo mundo aqui. Que seja o que a gente está trabalhando aqui hoje de mudanças climáticas, que seja transversal. Ele vai atravessar cada um aqui de maneira diferente. As soluções, elas existem graças a Deus. Existe a ciência aí trazendo várias coisas para a gente. Mas essas soluções não chegam para todo mundo e não são as mesmas para todo mundo, nem para a cidade inteira. Então, a mesma solução que a gente vai aplicar na Pituba não vai ser a mesma que a gente vai aplicar no Nordeste de Amaralina. Não tem como. E dito isso, vão existir diversas maneiras para que essas soluções existem e coexistem com essas populações que moram ali, que vivem a cidade naquela realidade. Então, a gente precisa que o PDDU crie esses caminhos, essas diretrizes, essas princípios que norteiam esses caminhos, mas que também não envelhecem. Isso porque, novamente, isso é diferente para cada tipo de pessoa a partir do seu perfil, seja ele

social, racial, de sexo, de gênero e orientação sexual, cada um vai sentir essa mudança climática de uma maneira diferente.

Então a gente precisa trazer também para a questão ambiental o fator da inovação. A gente fala no PDDU da inovação em cultura, em educação e gestão, mas a gente não fala a palavra inovação para a pasta ambiental e aí, trazendo como exemplo, a gente tem um trabalho belíssimo da SECIS, com Inovação, ali no Colabore, no Parque da Cidade. Quem não conhece, fica o convite para que conheça, porque são projetos fantásticos de pessoas da cidade fazendo para a cidade e para o mundo.

Então a gente precisa que o PDDU valorize isso e estimule o desenvolvimento da inovação na pasta ambiental, para que a gente consiga cada vez mais ter esses projetos e não só ter a possibilidade de apoiar a existência desses projetos, mas que esses projetos permaneçam no território e que esse exemplo seja levado também para outros municípios também.

Bom dia a todos. Eu sou o Ernesto Carvalho, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia, dentro do Conselho e do Instituto Baiano de Direito Imobiliário, dentro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia. Eu sou membro da Câmara Temática da Câmara de Temática de Políticas Urbanas e Ambientais, da qual eu sou o sub coordenador do CAU/BR para as políticas de Patrimônio da Câmara Temática de Patrimônio.

No final do ano passado a gente e eu estou indo um pouco aqui no que o Yuri colocou sobre patrimônio histórico e por que está sendo inserido aqui, e porque no ano passado produzimos um documento de referência para a COP 30 no sentido de unirmos as questões ligadas a patrimônio e mudanças climáticas, no que tange principalmente a fragilidade do patrimônio e dentro da Câmara de Políticas Urbanas e Ambientais, nós entendemos que a questão do patrimônio histórico da Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) e da própria questão ambiental, elas estão ligadas, elas estão intimamente ligadas ainda mais numa cidade como Salvador, que tem manchas urbanas representativas não somente no centro histórico, mas no comércio no Rio Vermelho, em Itapagipe, manchas históricas de relevância arquitetônica, muitas delas tombadas, além de outros tombados na Bahia.

Fora um pouco do escopo dessa discussão, mas é colocar a necessidade do entendimento da questão ambiental com a questão de patrimônio e também, de alguma forma, a pró atividade do CAU, no sentido também de apoiar as decisões, cobrar determinadas posturas, mas apoiar tecnicamente algumas questões trazidas aqui, tanto na parte de patrimônio histórico quanto na parte ambiental. De outro lado, também lembrando aqui que Salvador, com dois dos seus três lados voltados para o mar, um voltado para a Baía de Todos os Santos e outro voltado para o

Oceano Atlântico da gente em entender da necessidade de uma criação de uma política sobre economia do mar.

Veja, não se trata de atentar contra o meio ambiente. Não se trata de vender áreas costeiras nem nada disso, mas de obedecer. Tentar entender uma organização, princípio organizativo qualquer, para que a gente possa justamente evitar isso e daí também não perder a raia de desenvolvimentos futuros nesse. Nesse quesito, agradeço aí os convites que têm sido trazidos dessa daqui da revisão do Plano Diretor, tanto ao Instituto quanto ao Conselho de Arquitetura. E estamos aí também para o que for necessário.

Sílvia:

Serão muito bem vindas as contribuições que vocês possam trazer para a gente debater e, eventualmente, incluir nas diretrizes futuras. Essa questão da economia do mar já havia sido ventilada desde o início. A gente tem falado sobre isso, já que a gente está falando de mudanças climáticas, nada mais justo numa cidade como Salvador da gente ter uma presença. Eu mostrei um slide ali que é alagamento, em que eu disse que a área do continente é de 300 e poucos quilômetros. Tem outros 300 e tantos quilômetros de área marítima de Salvador. Eu me surpreendi muito, que é considerada a área urbana que a gente vê nos mapas ali, que inclui as ilhas. Tudo isso é território de Salvador. Como é que dá para comparar fisicamente com Salvador? Então a gente agradece. Contribuições também da universidade, do CAU. Enfim, o nosso trabalho é da FGV daqui, contratada pela prefeitura para organizar isso. Mas o trabalho é de todos, não é? Então a gente entende que por isso nos propusemos a realização desses fóruns, em que a gente entende que a gente precisa ouvir outras vozes para complementar aquilo que os dados nos fornecem e aquilo que a gente consegue pesquisar.

Lutero, mais uma vez complementando aqui apenas algumas falas, pediria se pudesse deixar aquela imagem do Savant na tela, eu agradeço. Salvador está localizado numa falha geológica, a falha de Salvador, que é um problema, mas ao mesmo tempo traz benefícios. A falha de Salvador começa no Porto da Barra e ali ele sai e vai até São Tomé de Paripe. A falha de Salvador, geologicamente aconteceu por um a epirogênese, onde houve o rebaixamento. Ali formou o Rift da Baía de Todos os Santos, que vai até Cachoeira e ela trouxe algumas coisas interessantes. Ao contrário do Rio de Janeiro, nós temos a maioria do nosso solo. A formação de barreiras. O geólogo diz que devia ter um santo em Salvador, que seria São Barreiras porque é quem salva a gente. Não tem muitos desabamentos exatamente pela formação geológica de barreiras. Tem um pouco de massapê já lá na Cidade Baixa e um pouco de arenoso aqui na orla marítima, mais de 90% Salvador está sob a égide da formação de barreiras. Isso deu uma inclinação. Aquela parte suburbana, por exemplo, onde Salvador deveria ter sido construído ali, na verdade não é.

De frente para a Bahia, mais de frente para a Baía de Todos os Santos, desde quando Jorge Hage era prefeito, ele subiu ali na área onde tem plataforma. E aí viu aquela invasão toda. Aí perguntaram se o prefeito tem alguma solução para aqui? Ele disse: Tem. Uma catástrofe, porque depois da catástrofe podia recomeçar tudo outra vez.

Mas a gente sabe que ali é a tecnologia. A engenharia hoje tem soluções e tem projetos magníficos aí para aquela região da Suburbana, em que o mar chegava até a encosta da falha e com isso também a inclinação gerou questões de rios, como lá os viu, de Salvador, que são exatamente. O grande, grande problema é que não existe mais zona de amortecimento. Antigamente, os rios formam suas bacias, sua zona de amortecimento antes de lançar no mar. Então são várias zona no médio e baixo rio Salvador não tem um único local mais para você tentar implantar essa zona de amortecimento. Nós fizemos um estudo agora do Rio Camburi, jipe que inclusive está dentro Planejamento estratégico como o investimento nessa área ambiental e hídrica, que é exatamente a recuperação do Rio Camurujipe.

É um projeto grandioso, é um projeto gigantesco, mas é um projeto que vai realmente. Esse é um projeto há 20 anos que não é um projeto que possa ser resolvido, porque você tem 18 quilômetros do Dique do Cabrito até aqui, a Foz no Costa Azul e Salvador tem o projeto de implantar seis zonas de amortecimento. Aqui só tem uma implantada, que é o Vale Encantado.

A gente conseguiu implantar e juntamente com a obra do Rio Tromba, hoje em Jaguaribe não reduzir ou praticamente acabaram com as inundações a jusante ali na foz do rio Jaguaribe. Mas quando a gente fala em mudanças climáticas, a própria legislação vai de encontro. Por exemplo, a gente tem o termo, o tempo de recorrência, o TR dos rios foi feito para 25 anos.

Com essa mudança climática, só no ano passado a gente teve duas chuvas acima de 100 anos, uma de 117, uma de 130, ano de recorrência. Quando você tem uma chuva dessa acima de 25 anos, tudo está previsto para uma terra de 25 anos. Então qualquer chuva de 50 anos, qualquer chuva de 100 anos, como já aconteceu, vão necessariamente causar engarrafamentos, alagamentos. Não tem como não casar. Então a cidade tem que se preparar para essa, para essa realidade que a gente tem Chuvas que a gente não tinha, a gente tem. Hoje, tudo tem que aumentar esse TR Mas a gente sabe que uma obra com terra de 25 é uma obra de terra de 50 ou 75 anos, triplica o valor.

Então as vezes o município não pode nem fazer o estado não poder fazer uma obra com a recorrência maior. Então sabe quantas coisas a gente tem que ter que se preocupar? Então, a questão da zona de amortecimento são talvez a única saída para isso é você reter a água a montante e impedir que essa água venha. Então ela

é acumulada a montante. Depois ela vai sendo liberada e aí ela reduz os os alagamentos. Essa é a única solução. Não tem uma segunda.

Sílvia:

A título, só de complementar, nós temos que pensar também que a iniciativa privada deve colaborar, não deixar só que os cofres públicos tem que pagar por todas essas obras, porque é nosso dinheiro também que está sendo gasto. Então eu sou defensora de que os empreendimentos imobiliários devem ter suas contrapartidas, que venham a colaborar para aquela região onde ele está sendo implantado. Então isso é, se a gente conseguir emplacar esse tipo de Solução na revisão do PDDU ou isso, quem sabe algumas coisas aconteçam de maneira mais veloz. Ontem eu falei aqui sobre a questão do saneamento. A gente nota em algumas cidades brasileiras como melhorou o saneamento, especialmente nas comunidades vulneráveis. E é em sistemas marítimos, não é a Baía de Guanabara. Lá onde eu moro, é fascinante. Você vê como está limpo. A Lagoa Rodrigo de Freitas está limpa, graças apenas à coleta de esgotos.

Nada além disso. Ninguém fez nenhum trabalho de grande recuperação ambiental, apenas fizeram a coleta correta de tratamento de esgoto. Então, quando alguém comenta sobre os rios de Salvador no nosso relatório, a gente aponta isso. A qualidade das águas é imprópria. A maioria dos rios, porque lá no início já se começa a lançar esgoto. Então, se a gente organizar o saneamento, o meio ambiente também agradecerá, né?

Então, nós, nós temos a missão do poder de hoje, justamente essa olhar para as diversas disciplinas e pensar soluções que congreguem tudo isso e que venham a, de fato, buscar soluções que construam uma cidade sustentável e resiliente. A gente gostaria de agradecer a vocês. Eu acho que todos os fóruns técnicos foram muito bons. Nós tivemos diversas contribuições. Dizer que o site do PDDU está disponível também para outras contribuições. (pddu.salvador.ba.gov.br)

As oficinas de participação social ativas já estão com as datas pré-determinadas. Será de 17 de abril e 4 de maio. A gente se dividiu em quatro oficinas, bairros. Os locais a gente vai colocando também no site. Então a gente colocou de dois dias, porque vem o pessoal da FGV também. Em dois dias, cada dia em uma unidade da prefeitura-bairro. São oito oficinas de participação social e já vai estar disponível. Acredito que a partir de amanhã no site do PDDU.

Sílvia:

Então, a ideia é que os interessados se inscrevam pelos pelo, pelo site do site e há um número limitado de pessoas. Não é, obviamente, para a gente poder,

de fato, fazer uma oficina de trabalho e a ideia é buscar contribuições de moradores, especialmente associações de moradores, terceiro setor, que trazem de maneira organizada e participem dessas oficinas para que a gente tenha de fato, essa leitura participativa.

A gente, saindo daqui já vai colocar, tentar colocar de hoje para amanhã a ficha de inscrição para as pessoas se inscreverem e participar de preferência as oficinas a gente prefere que sejam as pessoas daquele bairro, porque quem vai poder colaborar com a sua realidade, não só a social realmente, porque os fóruns técnicos nós já tivemos. São em locais diferentes. A gente vai colocar no site também os locais, porque a gente está dependendo da confirmação. Um grupo em cada local.

Sílvia:

Depois dessas oficinas, haverá audiência pública e aí sim, todos são convidados a participar. A previsão da audiência pública na primeira semana de junho. Mas justamente a oficina é justamente para ter uma lupa sobre cada uma das prefeituras-bairro e para que a gente possa compreender quais são as questões mais relevantes para aquela região.

A gente espera divulgação de vocês que participem com considerações, com contribuições no site. Muito obrigada!